

**ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA
PESQUISA EM CURRÍCULO
DISCURSIVE STRATEGIES IN
CURRICULUM RESEARCH
ESTRATEGIAS DISCURSIVAS EN LA
INVESTIGACIÓN CURRICULAR**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i2.64568

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Resumo: Este número da Revista Espaço do Currículo, dedicado às contribuições da Teoria do Discurso aos estudos em currículo, oferece ao leitor uma coletânea de estudos que objetivam utilizar as teorizações de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e suas relações com visões pós-estruturais e pós-fundacionais, como referencial teórico, metodológico e epistemológico, capaz de auxiliar no que diz respeito à compreensão dos fenômenos curriculares, cujas naturezas complexas e dinâmicas requerem estratégias plásticas para a compreensão e para a projeção de diferentes formas de intervenção política. São artigos atentos e sensíveis a dinâmicas hegemônicas que marcam a produção de políticas de currículo, que tratam de questões ligadas à Educação Básica, à formação de professores, às subjetividades, aos distintos processos de identificação, bem como a outros processos articulatórios envolvidos com o campo da Educação. Todos os artigos, portanto, revolvem o tema central da desconstrução, que é a produção político-discursiva da sociedade (LACLAU, 2011), voltando-se ao terreno complexo da educação e da política curricular. A convergência de tais trabalhos tende, então, a oportunizar um contexto para conversas entre pesquisadores e pesquisas, temas, associações, concepções e interpretações teóricas e empíricas sobre como a Teoria do Discurso tem possibilitado a compreensão de diferentes questões curriculares que marcam o que podemos chamar de uma atualidade do campo.

Palavras-chave: Currículo. Teoria do Discurso. Política.

Rafael Ferreira de Souza Honorato

Doutor em Educação

Pedagogo na Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”, Paraíba, Brasil.

E-mail: rafaelhono@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>

Hugo Heleno Camilo Costa

Doutor em Educação

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: hugoguimel@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8833-976X>

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha

Doutora em Educação

Professora da Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil.

E-mail: erikavrcunha@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6648-5261>

Como citar este artigo:

HONORATO, R. F. S.; COSTA, H. H. C.; CUNHA, E. V. R. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA PESQUISA EM CURRÍCULO. *Revista Espaço do Currículo*, v. 15, n. 2, p. 1-9, 2022. ISSN2177-2886. DOI: <https://10.15687/rec.v15i2.64568>.

Abstract: This issue of Curriculum Specie Journal, dedicated to the contributions of Discourse Theory to curriculum studies, offers the reader a collection of studies that aim to use the theories of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, and their relationship with post-structural and post-structural visions. foundations, as a theoretical, methodological and epistemological reference, capable of helping with regard to the understanding of curricular phenomena, whose complex and dynamic natures require plastic strategies for the understanding and projection of different forms of political intervention. These articles are attentive and sensitive to hegemonic dynamics that mark the production of curriculum policies, which deal with issues related to Basic Education, teacher training, subjectivities, the different identification processes, as well as other articulatory processes involved with the field. of Education. All articles, therefore, revolve around the central theme of deconstruction, which is the political-discursive production of society (LACLAU, 2011), turning to the complex terrain of education and curriculum policy. The convergence of such works tends, then, to provide a context for conversations between researchers and research, themes, associations, theoretical and empirical conceptions and interpretations about how Discourse Theory has enabled the understanding of different curricular issues that mark what we can call of an actuality of the field.

Keywords: Curriculum. Discourse Theory. Policy.

Resumem: Este número de la Revista Espacio del Currículum, dedicado a las contribuciones de la Teoría del Discurso a los estudios curriculares, ofrece al lector una colección de estudios que pretenden utilizar las teorías de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, y su relación con las teorías posestructurales y posestructurales. visiones, fundamentos, como referente teórico, metodológico y epistemológico, capaz de auxiliar en lo que se refiere a la comprensión de los fenómenos curriculares, cuya naturaleza compleja y dinámica requiere de estrategias plásticas para la comprensión y proyección de distintas formas de intervención política. Estos artículos son atentos y sensibles a las dinámicas hegemónicas que marcan la producción de políticas curriculares, que abordan cuestiones relacionadas con la Educación Básica, la formación docente, las subjetividades, los diferentes procesos de identificación, así como otros procesos articulatorios involucrados con el campo de la Educación. Todos los artículos, por tanto, giran en torno al tema central de la deconstrucción, que es la producción político-discursiva de la sociedad (LACLAU, 2011), recurriendo al complejo terreno de la educación y la política curricular. La convergencia de tales trabajos tiende, entonces, a proporcionar un contexto para conversaciones entre investigadores e investigaciones, temas, asociaciones, concepciones e interpretaciones teóricas y empíricas acerca de cómo la Teoría del Discurso ha posibilitado la comprensión de diferentes cuestiones curriculares que marcan lo que podemos llamar de un actualidad del campo.

Palabras-clave: Curriculum. Teoría del Discurso. Política.

Este número da Revista Espaço do Currículo, dedicado às contribuições da Teoria do Discurso aos estudos em currículo, oferece ao leitor uma coletânea de estudos que objetivam utilizar as teorizações de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e suas relações com visões pós-estruturais e pós-fundacionais, como referencial teórico, metodológico e epistemológico, capaz de auxiliar no que diz respeito à compreensão dos fenômenos curriculares, cujas naturezas complexas e dinâmicas requerem estratégias plásticas para a compreensão e para a projeção de diferentes formas de intervenção política. São artigos atentos e sensíveis a dinâmicas hegemônicas que marcam a produção de políticas de currículo, que tratam de questões ligadas à Educação Básica, à formação de professores, às subjetividades, aos distintos processos de identificação, bem como a outros processos articulatórios envolvidos com o campo da Educação. Todos os artigos, portanto, revolvem o tema central da desconstrução, que é a produção político-discursiva da sociedade (LACLAU, 2011), voltando-se ao terreno complexo da educação e da política curricular. A convergência de tais trabalhos tende, então, a oportunizar um contexto para conversas entre pesquisadores e pesquisas, temas, associações, concepções e interpretações teóricas e empíricas sobre como a Teoria do Discurso tem possibilitado a compreensão de diferentes questões curriculares que marcam o que podemos chamar de uma atualidade do campo.

Os trabalhos aqui reunidos provocam conversas e diálogos imprevistos antes daqui, estimulam à reflexão, à proposição, à revisitação de pressupostos e leituras de proeminência no campo do currículo.

Embora possa soar previsível afirmar que tais trabalhos não pretendem esgotar o debate sobre os temas que abordam, nossa expectativa aqui é a de afirmar que tal feito não seria possível no âmbito de estudos envolvidos com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, especificamente pela dinamicidade e imprevisibilidade com que é possível pensar a política nesse sentido. Nosso convite à leitura dos trabalhos que dão corpo a este dossiê está no modo como cada um aborda distintos temas de forma singular, constituindo exposições e oportunidades para a interação inovadora com esses mesmos temas, questões e perspectivas. Talvez não seja excessivo dizer que nossa expectativa está no potencial polissêmico (DERRIDA, 2001) dos artigos aqui reunidos, o que tende a favorecer a abertura de canais novos, gerando reverberações no campo do currículo, novas impressões, considerações, contribuições para o fluxo de traduções incontroláveis que fazem o currículo acontecer em diferentes contextos.

Abrindo o dossiê, temos a contribuição de *Myriam Southwell* e *Noral Boulan*, com o texto **“ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO E PESQUISA EDUCACIONAL: estudos sobre a interpelação e desempenho do currículo de formação de professores”**. As autoras recuperam uma série de discussões que desenvolveram em torno do estudo do currículo baseado na teorização pós-estruturalista e nas categorias produzidas pela Análise Política do Discurso (APD). Esta perspectiva é desenvolvida a partir de uma concepção pós-estruturalista do social, do caráter ontológico do político, de uma visão discursiva da concepção gramsciana de hegemonia e de uma incorporação sócio-política dos desenvolvimentos da psicanálise sobre a subjetividade. Nesta base, elas propõem dar conta deste horizonte de inteligibilidade em uma investigação realizada sobre o currículo de formação de professores na província de Buenos Aires entre 2004 e 2007. Chegando a um entendimento de que a política investigada procurou implantar horizontes de treinamento para articular o trabalho dos professores com a produção cultural, temas políticos com perspectivas crítico-transformativas e um alto compromisso com suas comunidades e com a educação pública.

Na sequência, o artigo **“CÓDIGO CURRICULAR EMERGENTE: as Vozes do imaginário social”**, de Rita Guadalupe Angulo Villanueva, desenvolve a categoria teórica código curricular emergente (CCE), cujo objetivo é nomear um evento que se desenvolve na sociedade, fora da escola, um ideal formativo sem precedentes para as novas gerações, constituindo lentamente uma representação social que está a tomar forma. A autora baseia-se na noção de código curricular de Lundgren e assume uma série de princípios, textos e pensamentos comuns. Assim, o currículo vivido é capaz de perceber ecos desta tendência do pensamento nas vozes dos próprios estudantes e professores, e retoma e apresenta novos conhecimentos na sala de aula, até agora ignorados pelo currículo prescrito. O conhecimento é o núcleo do CCE e o questionamento do conhecimento prescrito e a lógica do conhecimento que este implica é a sua tarefa. A proposta é a resistência, conceptualizada a partir da noção de interstício e luta nas fracturas, num cenário de rachadura do capitalismo e da presença de uma crise estrutural generalizada. Por fim, Villanueva defende que a resistência é proposta a partir de uma dimensão social e de uma pedagogia crítica como uma prática educativa de autocuidado.

Por sua vez, *Denise de Souza Destro*, *Geniana dos Santos* e *Reybia Bueno Ramos* assinam o artigo **“PESQUISA EM EDUCAÇÃO E A TEORIA DO DISCURSO: a produção textual no Simpósio Pós-estruturalismo e Teoria Social”**. O objetivo do texto é abordar os trabalhos apresentados nas três primeiras edições do Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social (2015, 2017 e 2019), com foco especial para aqueles voltados ao campo da Educação, identificando as noções/operadores da Teoria do Discurso que são referendados nesses textos e as contribuições que os/as autores (as) estabeleceram a partir desse referencial teórico-estratégico. Para tal, foram interpretados os textos referentes ao campo da Educação. As autoras concluem que as noções/operadores da TD utilizados como objetos de reflexão nos textos potencializam a ampliação no campo da Educação, em suas diferentes áreas de conhecimento, além de serem compreendidos como teorias que possibilitam a compreensão da precariedade, provisoriedade e imprevisibilidade na produção curricular.

O artigo **“CURRÍCULO EM CONTEXTO PÓS-ESTRUTURAL: uma leitura pela Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe”**, de *Kleber Santos Chaves*, *Ana Cristina dos Santos Silva* e *Benedito Gonçalves Eugênio*, visa apresentar o campo curricular em uma leitura pós-estrutural e pós-fundacional, sob as lentes da Teoria do Discurso (TD). Os autores fazem uma revisão bibliográfica, no âmbito de uma pesquisa qualitativa,

propondo uma apresentação perspectivada, tanto da corrente de pensamento quanto da teoria empregada, com a finalidade de situar o currículo nessas bases. Neste exercício de revisão, leem duas influentes obras sobre o Currículo, demonstrando como a perspectiva discursiva amplia as possibilidades de entendimento do elemento curricular em seus diferentes arranjos no tempo. Concluem pela perspectiva de que o currículo é discurso que significa a realidade e que essa significação está em constante disputa pela hegemonia.

Na continuidade, *Jéssica Rochelly da Silva Ramos*, *Kátia Silva Cunha* e *Leonardo da Silva Santos* apresentam o texto **“TEORIA CURRICULAR E POLÍTICA CURRICULAR: apostando no compromisso político com a alteridade”**. O artigo focaliza o debate sobre a teoria e a política curricular nas atuais reformas educacionais, argumentando que tais políticas tentam sobre o controle do outro e, na tentativa de dar uma resposta ao que é lido como conhecimento “faltoso”, busca definir conhecimentos centralizados, excluindo as diferenças das políticas e dos currículos. Através de uma revisão teórica, as autoras e o autor discutem, a partir da Teoria do Discurso e das contribuições do pensamento de Derrida, os processos contingentes de subjetivação das políticas, a tradução que impede o controle do conhecimento, dos currículos, da formação, da decisão e do sujeito. Concluem, provisoriamente, que o conflito em torno do pensamento curricular e das teorias, bem como a disputa pelo poder de decidir sobre o que deve ser ensinado e aprendido, tem marcado a tentativa de fixar, nas políticas e nos currículos para a escola do campo, projetos de formação que tentam controlar a formação desses povos e produzir sujeitos universais, desconsiderando os processos de diferir. Nesse sentido, é construída no texto a ideia de teoria e de política comprometida e marcada pelo comprometimento ético-político com a alteridade e com a desconstrução. As autoras e o autor apostam em uma teoria e política negociada e produzida nas ambivalências e contingências provocadas pelos processos de diferir, comprometidas com a alteridade na desconstrução de normatividades que pautam a BNCC.

No texto **“DESCONSTRUÇÃO DE FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS, HIPERPOLITIZAÇÃO E HEGEMONIA: implicações da teoria do discurso nos estudos curriculares”**, *Clívio Pimentel Junior* focaliza o debate teórico acerca das implicações da incorporação da teoria pós-estruturalista do discurso de Laclau e Mouffe ao campo dos estudos curriculares. Ao descrever o modo como a teoria do discurso reconfigura as noções de hegemonia e de identidades sociais em bases não essencialistas, o trabalho debruça-se, mais especificamente, sobre os efeitos de hiperpolitização e desconstrução de fundamentos educacionais suscitados pela incorporação da teoria aos estudos no campo do currículo. Ao potencializar a luta política pela significação de quaisquer termos e modos de imaginar, pensar, descrever e tentar definir a educação e as finalidades sociais da escolarização, o autor defende que a teoria do discurso amplifica, indefinidamente, a discursividade no campo do currículo.

O artigo **“TEORIA DO DISCURSO E A QUESTÃO MULTICULTURAL: articulações (im) possíveis?”**, de *William de Goes Ribeiro*, propõe a articulação do aporte teórico-metodológico da abordagem discursiva laclauiana com as questões multiculturais. Traça uma contextualização na qual explicita a relevância do debate identitário para o país, a despeito das críticas e dos problemas e riscos com o essencialismo. A partir disso, destaca o que tem sido compreendido como multiculturalismo, isto é, um conjunto de respostas acerca da condição plural das sociedades contemporâneas. Tais respostas são mobilizadas por questões enunciadas em múltiplos contextos, incluindo a educação. Já a teoria do discurso emerge na discussão como um pensamento político pós-estruturalista e pós-fundacionista, por meio do qual opera-se sem reivindicar origens, sem movimentar teleologias, sem ancoragens em identidades fixas e sujeitos autocentrados. Rejeitando tanto o universalismo imposto quanto o relativismo fragmentário, se apresenta como um convite para pensar o social de outro modo, incorporando questões complexas como o universalismo e o particularismo. Nesse sentido, não nega a necessidade de respostas às questões multiculturais, mas propõe repensá-las no modo como geralmente as tratamos, reconfigurando o sentido de diferença para além da diversidade cultural, o que inclui também a singularidade, a multiplicidade, o fluxo discursivo em disputa. No fim, defende que a aproximação às questões do multiculturalismo é potente e pertinente para o debate contemporâneo no qual o país se insere de maneira dramática, considerando as desigualdades sociais e as opressões que avolumaram-se com a emergência de investidas ultraconservadoras na cena política.

Explorando de formas diferentes e igualmente potentes as questões hegemônicas nos currículos de língua portuguesa e educação física, *Cristiane Ferreira Português Almeida, Guibison da Silva Cruz e Hugo Heleno Camilo Costa* trazem o artigo **“POLÍTICA CURRICULAR E HEGEMONIA: um olhar sobre as disciplinas língua portuguesa e educação física”**. O presente texto propõe uma reflexão sobre a noção de hegemonia, desenvolvida por Laclau e Mouffe em suas relações com a pesquisa em currículo. A abordagem desenvolvida permite compreender, no amplo campo da política curricular da BNCC, diferentes hegemonias. Para o presente artigo, são destacadas duas delas: os novos e multiletramentos, associados à Língua Portuguesa (LP); e o Esporte, no componente Educação Física (EF). A Teoria do Discurso compõe a estratégia de pesquisa, junto às apropriações realizadas, principalmente, por Alice Lopes e Elizabeth Macedo, para pesquisas no campo de políticas de currículo. Com esses aportes, é problematizada a política pública de currículo em que se constitui a BNCC. É ponderado que a centralização curricular defendida via discursos hegemônicos nos dois componentes destacados se justifica por uma suposta aproximação à realidade do jovem, ao passo que projeta a ideia de que a educação que acontece nas escolas é pouco atraente, conteudista e desvinculada do mundo do estudante. É considerado que, apesar de a BNCC-LP e a BNCC-EF buscarem uma estabilização curricular, supondo a possibilidade de controle sobre o que acontece nas escolas, o movimento para o fechamento dos sentidos sociais não é possível. Concluem assinalando que os componentes curriculares LP e EF sempre estão sujeitos a ressignificações no campo da discursividade, nos diferentes contextos em que são interpretados, o que reitera a defesa de um currículo mais democrático e plural, cuja significação não pode ser fechada de vez por todas.

Ana Paula Soares e Rosanne Evangelista Dias assinam o texto **“CONSTRUÇÕES POLÍTICO-DISCURSIVAS EM TORNO DE UM TODOS PARA/PELA EDUCAÇÃO”**, através do qual discutem a construção político-discursiva da organização Todos pela Educação (TPE) como uma identidade coletiva que se coloca como representante de um “todos” no cenário educacional brasileiro. Problematisa-se a ideia de totalidade e representação plena como projetos impossíveis e inalcançáveis no debate político. A principal fonte para a empiria considerada trata do conteúdo disponibilizado pela própria entidade em sua página oficial na internet. As análises são feitas com base em um registro pós-estrutural e pós-fundacional, com foco na discussão de Ernesto Laclau sobre o populismo, em diálogo com autores brasileiros que também pensam as políticas educacionais como práticas discursivas. Observa-se o TPE colocar-se não apenas como “o representante” da chamada sociedade civil organizada, mas como ator que reivindica reconhecimento social como autoridade em políticas educacionais.

Na sequência, o artigo **“FORMAÇÃO INICIAL EM DEBATE: articulações discursivas em torno do Parecer CNE/CP 22/2019”**, de *Neylanne Aracelli de Almeida Pimenta, Paula Eduarda das Dores de Souza Lima e Márcia Betânia de Oliveira*, objetiva contribuir com a leitura, interpretação, tradução e significação do Parecer CNE/CP 22/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). As autoras buscam compreender a política, expressa em texto, identificando discursos que se hegemônizaram na produção desse texto normativo. Abordam tais questões com base em estudos de Ball que possibilitou pensar espaços para as traduções e interpretações dos sujeitos, somada às contribuições da teoria do discurso de Ernesto Laclau a partir das noções de hegemonia, demandas, precariedade e contingências. Defendem que as políticas curriculares supracitadas podem ser defendidas numa perspectiva pós-estrutural, como uma luta por significação que busca, constantemente, uma definição do que vem a ser a melhor formação para o professorado na tentativa de fixar sentidos para a categoria. O texto considera que o texto normativo do Parecer CNE/CP nº. 22/2019, enquanto se apresenta como tentativas de fechamento e fixação dos sentidos em torno da formação inicial docente, é um discurso que, embora tenha se hegemônizado, tende a perder força frente às demandas, que são contextuais e também frente às precariedades e contingências. Mediante a infinitude de possibilidades de significação presentes nas articulações políticas, por meio do Parecer CNE/CP no. 22/2019, ainda que tida como “certa” de vigorar e reger o controle de ações e decisões educacionais, a norma não está dada, nem seguramente consolidada e destinada a uma implementação pretensamente bem-sucedida.

Também explorando as questões da formação docente, *Juliana Diniz Gutierrez Borges e Maria*

Manuela Alves Garcia produziram o texto **“FORMAÇÃO INICIAL EM DEBATE: articulações discursivas em torno do Parecer CNE/CP 22/2019”** à luz da Teoria Política do Discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. No manuscrito são analisadas as demandas por formação das docentes da Educação Infantil, examinando o jogo de decisões políticas em disputa no período entre 2009 e 2019, que negociam o espaço de formação e as possibilidades de significação dessa docência. Interpretam as demandas pelos tipos de formação, considerando a movimentação de sentidos que percorrem o debate da reformulação curricular dos cursos de formação para essa docência, especialmente do curso de Pedagogia. Procuram extrair as principais reivindicações de entidades acadêmicas, organizações internacionais e de outras organizações sociais e interpretam que as demandas por formação se vinculam a uma demanda por reconhecimento profissional, que se antagoniza à figura da professora leiga. Concluem que o rebaixamento das exigências nos processos de qualificação das professoras de Educação Infantil, mediante uma formação em nível médio, de grau técnico ou vocacional, bem como o aligeiramento dos processos de formação e a redução de investimentos (por meio de alternativas emergenciais como: a formação a distância e programas de formação em serviço), são ações fragmentadas nas políticas de formação das professoras de Educação Infantil. Sendo assim, a satisfação das demandas por formação superior e específica em Educação Infantil, que emerge nos documentos da comunidade acadêmica e de movimentos sociais, parece necessária para conter o quadro de desprofissionalização dessa categoria.

O texto de *Tamires Barros Veloso e Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida*, intitulado **“PROCESSOS DE NEGOCIAÇÕES-ARTICULAÇÕES DE POLÍTICAS-PRÁTICAS CURRICULARES NO CENÁRIO PANDÊMICO DA COVID-19”**, fecha a seção de artigos que compõem o dossiê. Neste artigo analisam políticas curriculares mobilizadas nas práticas curriculares de professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental, no cenário pandêmico da COVID-19 em Caruaru, agreste pernambucano. Para isso, as autoras constroem o percurso teórico-metodológico em negociação-articulação com a Teoria do Discurso, centrado nas noções de negociação-articulação na construção dos sentidos de currículo, política e prática curricular. Utilizam formulário na plataforma do *Google Forms®* e entrevista como instrumentos na produção dos dados. Entre os resultados identificaram negociações-articulações na produção discursiva das práticas curriculares das professoras, para além das influências dos materiais pedagógicos dos programas e planos de ensino enviados para desenvolvimento das aulas remotas, evidenciando a emergência de políticas curriculares nas ações/decisões construídas cotidianamente, que são marcadas pela consideração de necessidades pedagógicas digitais dos/as alunos/as.

Na sequência da Sessão de Artigos que formam o dossiê, apresentamos a Sessão Demanda Contínua, organizada com artigos que são fruto do compromisso que a REC tem em manter um fluxo de discussões correlatas e de estimular o debate com diferentes perspectivas sobre as mais diversas questões.

O texto intitulado **“#BNCC: carta aberta sobre políticas educacionais e e-narrativas no Twitter”**, de *Franklin Kaic Dutra-Pereira e Saimonton Tinôco*, é uma carta aos pesquisadores do campo do currículo. Os autores arriscam-se num processo dialógico e inventivo de fazer pesquisa COM, criando, apresentando e movimentando questões a partir de postagens publicadas no Twitter, as quais nomearam de e-narrativas. Tais escolhas se devem ao fato de considerarem que os tweets têm algo a dizer sobre o acontecido nos espaços onde se faz a educação, por isso podem ser entendidos como narrativas que contêm pistas para estudos curriculares. A carta foi resultado de uma provocação dos debates gerados no IX Colóquio Internacionais de Políticas e Práticas Curriculares, organizado de forma remota pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares, em 2020. Com isso, os autores pretenderam chamar a atenção da comunidade científica para questões sinalizadas nas postagens – que traduzem anúncios e denúncias e inquietações e dúvidas e desejos e... –, bem como para a necessidade de (re)pensar as escolhas feitas quanto ao diálogo e a comunicação das pesquisas, sobretudo no que se refere às comunidades escolares e aos cursos de formação docente.

Na sequência, *Deborah Karla Calegari Alves, Fábio Luis Krützmann e Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto*, assinam o artigo **“PACOTES INTERPRETATIVOS SOBRE A BNCC DO ENSINO MÉDIO: a panaceia para a educação”**. Iniciam situando que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, atualmente, uma das principais políticas educacionais no Brasil com forte influência nos currículos escolares de todo o país.

Destacam que o artigo pretende identificar e analisar enquadramentos da mídia sobre a BNCC, em especial na etapa do Ensino Médio. Para essa pesquisa foram analisadas notícias sobre o tema nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, entre 2018 e 2021. Utilizou-se a Análise de Enquadramento, em especial a ideia de pacotes interpretativos de Gamson e colaboradores. Pôde-se perceber grande concentração de publicações no período anterior à aprovação e amplamente favoráveis ao documento. Constatou-se que as entidades apoiadoras da BNCC se destacaram como autores e fontes de consulta das matérias e foram identificados cinco pacotes interpretativos: BNCC traz qualidade; BNCC garante maior autonomia/protagonismo; BNCC é uma necessidade; BNCC traz flexibilização ao currículo e BNCC é atacada por grupos conservadores. Todos os pacotes auxiliam a propagação da ideia de que a BNCC representa uma cura para os problemas da educação e evidenciam a utilidade de veículos de grande mídia a esse propósito.

Carlos Mometti, Fanley Bertoti da Cunha e Gabriela Canuto dos Reis são autores do texto seguinte, de título **“O CURRÍCULO SOB ALENTE DECOLONIAL: múltiplas perspectivas para o ensino médio brasileiro”**, que traz discussão sobre a formação humana, um tema fundamental na atualidade, pensando nos caminhos que são possíveis e que refletem as escolhas da sociedade e dos professores. Ressaltam que se a colonização ocorreu no passado em termos geográficos, políticos e econômicos, ela ainda ocorre hoje, em outros processos, como a colonização epistemológica, ontológica e psicológica. Reforçam que essa colonização se transforma em colonialidade que pode ser encontrada, inclusive nos currículos escolares. Este artigo foi proposto a partir da discussão com a literatura e com as práticas pedagógicas dos autores, refletindo sobre a possibilidade de que os currículos tenham uma lente decolonial. São abordadas as disciplinas de Educação Física, Biologia e Física, de maneira a contribuir para que a reflexão se estabeleça e, igualmente, para que possamos avançar nos processos de decolonização dos saberes, propondo novas perspectivas e olhares que favoreçam uma educação emancipadora.

Por sua vez, Mayra da Silva Cutruneo Ceschini e Elena Maria Billig Mello, autoras do texto **“TEORIAS SOCIOLÓGICAS DE BALL E BERNSTEIN: vias analíticas para compreensão de textos e contextos das políticas curriculares”**, objetivam apresentar uma perspectiva analítica para as políticas curriculares, a partir da interligação entre as teorias sociológicas de Ball e Bernstein como uma via para compreensão do discurso pedagógico produzido nos textos e contextos dessas políticas. Apresentam no texto a fundamentação teórico-epistemológica e metodológica que pode ser utilizada para amparar pesquisas no campo do currículo, que utilizem a abordagem sociológica, sendo ele construído por meio de uma abordagem qualitativa. Através da pesquisa bibliográfica realizada, abordam conceitos sociológicos que fundamentam a pesquisa, como Estado, poder, política e suas tipologias, bem como perspectivas analíticas que se apresentam para sua análise, inter cruzadas para a análise dos discursos e contextos das políticas. Por fim, consideram que a sociologia é um terreno fértil para embasar as pesquisas no campo do currículo e que a interligação dessas teorias é uma potente via analítica para as políticas curriculares.

O texto intitulado **“TÉCNICAS DE CONDUTA E POSIÇÕES DEMANDADAS PELA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR”**, de Marcelo de Oliveira Dias, trata da discussão de parte integrante de um dispositivo curricular, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Para analisar esta regulação utilizou-se o conceito de dispositivo, tendo como fundamentação teórico-metodológica os estudos de Michel Foucault, com alguns conceitos interpretados por Deleuze. O objetivo foi apropriar-se de sua teoria para analisar discursos de entidades educacionais sobre a BNCC, especificamente da prescrição de Matemática para os Anos Finais do Ensino Fundamental que, por meio de técnicas de conduta, podem disponibilizar posições de sujeito, especificamente aos estudantes, por meio da linha de força central do documento: a Resolução de Problemas. Foi adotado o método de cartografia rizomática por possibilitar a conexão dos pontos da reforma em ramificações que se dão em direções variadas por meio de seus discursos. Evidenciou-se que o conjunto de possíveis técnicas de conduta de constituição geradas pelo elemento do dispositivo, neste artigo, dão pistas de se localizarem mais próximas da produção de sujeito resolvidor de problemas de Matemática, em uma lógica de reforma associada ao bom desempenho e a interesses neoliberais.

O artigo, **“O CURRÍCULO ESCOLAR E A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL**

CRÍTICA”, de autoria de *Marinete da Frota Figueredo* e *Dinalva de Jesus Santana Macêdo*, tem como intento problematizar o currículo escolar ao longo dos anos e a emergência de uma educação intercultural crítica. Para isso, abordou teorias tradicionais, críticas e pós-críticas de currículo, destacando nelas os elementos centrais e o lugar da cultura em cada uma delas, bem como as intenções quanto aos sujeitos e a inserção deles na sociedade. As teorias tradicionais enfatizam o controle social e privilegiam o conhecimento e a cultura dominantes. Já as teorias críticas e pós-críticas estão preocupadas com as relações de poder imbricadas no currículo, defendendo, assim, a sua construção, com base na realidade, nas especificidades e culturas dos/as estudantes. Ao compreender o currículo como um artefato cultural que influencia na formação e na atuação dos sujeitos na sociedade, infere-se que é necessário questionar o pensamento “abissal” nele imbricado. Em prol do reconhecimento da diversidade cultural, do rompimento de práticas de dominação e de exclusão e de uma formação crítica, defende-se a produção de currículos que tenham como base a educação intercultural crítica, que é orientada pela multiplicidade de conhecimentos e de culturas, visando o combate de todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na sociedade.

Na continuidade, o artigo de *Júlio César Maia* e *Michele Sacardo*, intitulado **“EPÍLOGO DO SÉCULO XX EM VISITA: fundamentos educacionais e determinações históricas para as teorias críticas e 'pós-críticas' do currículo em solo brasileiro”**, trata de um estudo de caráter bibliográfico que se soma ao conjunto de investigações dedicadas às teorias educacionais, pedagógicas e curriculares brasileiras. O texto divide-se em duas seções, conjuntamente empenhadas em elucidar a influência das teorias críticas da educação e do currículo sobre o componente educacional do Brasil. No que diz respeito à apresentação das teorias pedagógicas críticas constitutivas do que se convencionou chamar progressivismo pedagógico brasileiro a partir da década de 1980, reflete sobre as pedagogias Libertadora e Libertária, respectivamente, por meio das figuras de Paulo Freire (1921-1997) e Maurício Tragtenberg (1929-1998). Não obstante, também investiga a particularidade de pedagogias que, na contramão das primeiras, também constituem o campo progressista: trata-se da pedagogias Crítico-Social dos Conteúdos e Histórico-Crítica, respectivamente defendidas por José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani. Por fim, enquanto esforço conclusivo, debruça-se sobre as determinações históricas lançadas ao campo do currículo a partir desse movimento crítico.

Encerrando a demanda contínua, o texto **“UMA EXPERIÊNCIA DE CURRÍCULO: rastros de um arquivo-corpo”**, de *José Alberto Romana Díaz*, *Angélica Vier Munhoz* e *Glòria Jové Monclús*, apresenta uma experiência estética com base na proposta curricular de formação de professores da Universitat de Lleida, realizando uma discussão sobre o currículo e o que chamam de arquivo-corpo. Realçam o currículo não somente como um repositório de documentos, mas também como aquilo que nele é vivido, sentido, praticado, e que é arquivado no corpo, produzindo determinados modos de subjetivação. aproximam-se das discussões curriculares de autores como Corazza e Tadeu, da noção de arquivo, de Foucault, e da ideia de arquivo-corpo, de Lepecki e Artières. Diante da experiência de Lleida, indagam: quais práticas curriculares arquivamos no nosso corpo? Que modos de subjetivação tais práticas curriculares produzem em nós? Por fim, acreditam que as experiências curriculares, atravessadas por experimentações estéticas, são capazes de arquivar no corpo outros modos de existir.

No esforço de fazer circular os textos que formam o dossiê **“CURRÍCULO E TEORIA DO DISCURSO: temas, estratégias e perspectivas para pensar o campo”**, esperamos que o número seja convidativo/estimulante às leituras, às diferentes escritas, a acontecimentos originais e a novas pesquisas em currículo na relação com distintas abordagens discursivas. Ademais, a organização deste dossiê visa contribuir para o fortalecimento das reflexões sobre a potencialidade da Teoria do Discursos nas pesquisas em currículo, na teorização do campo.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).